

Projeto Memórias da Luta pela Terra e Moradia no Estado do Rio de Janeiro

Célia Ravera: trajetória da ex-presidente do Iterj

Marcos de Aquino Santos

Com o objetivo de chamar a atenção para a importância do acervo das entrevistas realizadas no âmbito do Projeto *Memórias da Luta pela Terra e Moradia no Estado do Rio de Janeiro*, o presente texto apresenta um breve resumo e uma concisa contextualização dos principais fatos narrados pela entrevistada Célia Ravera, presidente do Iterj entre 2003 e 2008.

Nascida em La Plata, na Argentina, em 1944, e filha de comerciantes, Célia Ravera passou a infância nos subúrbios daquela cidade próxima a Buenos Aires, onde testemunhou a resistência peronista à ditadura militar em seu país. Identificou-se com o movimento peronista de esquerda, para o qual a juventude da década de 1960 contribuiu em peso, ao lado dos trabalhadores e dos setores populares (ETULAIN, 2006).

Em 1966, ingressou na Universidade de La Plata para cursar Direito, Ciências Jurídicas e Sociais, um curso de Direito com ênfase nos aspectos sociais do fazer jurídico. Especializou-se em direito agrário. Esteve interessada em compreender os conflitos entre empregados e patrões no mundo rural argentino.

O contexto social de sua juventude foi marcado pela entrada massiva de filhos de operários na universidade como resultado de políticas de inclusão e incremento da qualidade de vida do povo argentino. Seu ingresso no mundo universitário ocorreu numa época em que a sociedade argentina colhia os frutos de todo um ciclo de prosperidade marcado por importantes investimentos na educação pública (*Op. Cit.*, 2006).

Está presente também no discurso de Célia a influência declarada dos outros movimentos de juventude ocorridos naquele período de grande efervescência política: maio de 68 e os movimentos por direitos civis nos Estados Unidos. Esses movimentos criaram as balizas e demarcaram o passo de sua própria militância.

Atuou em sua profissão por pouco tempo depois de formada e logo em seguida, em 1976, veio para o Brasil, fugindo do golpe militar ocorrido naquele ano na Argentina, com forte repressão tanto ao movimento operário quanto ao movimento estudantil.

Através de Antônio Carlos Pereira Pinto, “uma pessoa muito ligada ao Brizola”, deu-se a sua indicação para trabalhar no governo do estado do Rio de Janeiro. Brizola havia criado a célebre Comissão de Assuntos Fundiários - CAF, estrutura institucional capitaneada por Edgar Ribeiro da Silva, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e responsável pelas políticas ligadas à terra em áreas rurais. Todavia, Célia conta que aos poucos as questões urbanas foram ganhando relevo suficiente para que a Comissão incorporasse também as demandas relacionadas aos territórios urbanizados, em franca expansão. A Comissão, que mais tarde converteu-se em Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários - SEAF, fora idealizada pelo governador como forma de dirimir

disputas entre diferentes secretarias (notadamente a de Justiça e a de Trabalho e Habitação) pela condução dos conflitos fundiários em áreas urbanas, dando mais racionalidade à estrutura do estado (NOVICKI, 1992).

Célia recorda com bastante emoção a primeira ocupação de terra com a qual trabalhou, ocorrida em Nova Iguaçu, denominada Campo Alegre. Lembra das manifestações de rua realizadas por aqueles agricultores e sua marcha até a sede do governo do estado como pressão pelo assentamento, ocasião em que as portas do Palácio Guanabara foram abertas às famílias ali presentes e o governador Brizola assinou o ato de desapropriação do imóvel ocupado. Relata que esse foi o primeiro contato que teve com uma mobilização de luta por terra, em um período (primeiro governo Brizola) caracterizado por intensas e numerosas ocupações de terra rurais e urbanas no estado.

A defesa da habitação popular em áreas conflagradas, até mesmo antes da Constituição de 1988, que instituiu a função social da propriedade, ganhou importância fundamental para Célia. Salienta a importância da atuação dos governos de Leonel Brizola na área fundiária, destacando que a assessoria de Miguel Baldez possibilitou fundamentos jurídicos para a desapropriação de imóveis rurais pelo estado em benefício dos assentados nesses locais, através da figura das estações experimentais de agricultura.

Conta que teve que retornar à Empresa de Pesquisa Agropecuária tão logo o governador Moreira Franco assumiu o estado.

A gratidão gerada por sua atuação na Seaf em prol das populações demandantes de terra no estado fez com que essas pessoas articulassem um abaixo assinado para que Célia fosse nomeada presidente do Iterj. A sugestão foi atendida pela então governadora Rosinha Garotinho e Célia tomou posse em 2003 no Iterj para uma gestão que durou até 2008.

Ressaltou a importância dos movimentos de terra e moradia como canais essenciais de articulação do órgão com as populações atendidas e reconhecimento de suas demandas, ponderando que é preciso construir caminhos longe da cooptação. Aponta que a luta deve ser coletiva, de modo a evitar personalismos e combater movimentos de privatização da terra, característicos do neoliberalismo. Destaca que durante seu período no Iterj a gestão foi marcada pelo comprometimento de todos os servidores, da presidência aos motoristas, com as causas levantadas pelos movimentos populares.

Na entrevista, foi mencionado um fato bem marcante para a história do Iterj: a ocupação da sede do órgão por um grupo de famílias de agricultores que haviam acampado em um terreno em Santa Cruz e lutavam para permanecer no local. A área, antes pertencente à União, foi adquirida pelo estado para ser cedida à CSA, que ali construiu uma usina siderúrgica. O episódio foi emblemático e resultou na criação do assentamento Terra Prometida, em Duque de Caxias, para onde as famílias foram realocadas, tendo sido indenizadas por suas culturas. Muito dessa memória já havia sido narrada em outras entrevistas, como a que realizamos com as lideranças Tânia, Paulo e Severino, disponíveis no acervo do Projeto, e outros fatos podem também ser consultados na dissertação de mestrado de Pessôa Coelho (2009).

Lembrou as articulações entre o Iterj e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, cujo Núcleo de Terras esteve durante muito tempo sediado em espaço cedido pelo Iterj em sua antiga sede, o que contribuiu para o estabelecimento da constante parceria entre os dois órgãos.

Comentou que, em seu período no órgão, o Iterj era sempre convocado a realizar a mediação de conflitos em casos de reintegração de posse em imóveis estaduais.

Rememorou as tratativas em benefício da Ocupação Manuel Congo, ocorrida em 2007 em um prédio abandonado há anos pelo INSS no centro do Rio de Janeiro. A ocupação contou com 42 famílias e foi organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM. A perseverança do movimento e a atuação de Célia resultaram na consolidação da ocupação através de toda uma negociação envolvendo o Iterj, o INSS e o então Ministério das Cidades, ao fim da qual o imóvel foi adquirido pelo estado para que as pessoas pudessem residir com segurança no local, sem risco de despejo. Mais tarde, já em 2013, obras de reparação e modernização foram realizadas, efetivando o direito à moradia daquelas famílias. As entrevistas que realizamos com Lurdinha e Elizete, representantes da Ocupação, são esclarecedoras a respeito dessa história.

Outro fato marcante em sua trajetória é a sua exoneração do Iterj. Célia narra ter ocorrido todo um movimento popular, através de abaixo assinado e presença massiva de representantes da luta por terra e moradia na sede do Iterj no intuito de reverter a decisão pela sua saída do órgão na virada de 2008 para 2009. A mobilização não obteve êxito, mas demonstrou a boa relação conquistada pelo Iterj com o seu principal público beneficiário. Não se tem notícia de campanha semelhante, no estado do Rio de Janeiro, de representantes de movimentos sociais em defesa do presidente de uma autarquia.

Após a saída do Iterj, ocupou o cargo de coordenação da Regularização Fundiária na Superintendência do Patrimônio da União - SPU e continuou se dedicando à articulação da luta por terra e moradia pela via institucional, enfatizando a dimensão participativa. Decidiu deixar o cargo após divergências com o governo federal na condução do processo de defesa da comunidade do Horto, no Jardim Botânico.

Em seguida foi convidada a ocupar um cargo na Fiocruz, que possui um programa de “Saúde e Territórios Saudáveis e Sustentáveis”. Permanece até hoje naquele órgão.

Por fim, foi destacada a importância da legalização da terra como forma de sanar as situações de “provisoriamente permanente” vividas pelas populações desassistidas. Citou o exemplo de Vila Autódromo para dizer que o fato de muitas famílias ali residentes possuírem um Título de Concessão Real de Uso dificultou o processo de remoção da comunidade: a prefeitura do Rio de Janeiro teve que desembolsar gordas indenizações para convencer as famílias a deixarem a comunidade, o que só poderia ocorrer voluntariamente dada a formalização mediante o título de posse outorgado pelo estado.

Referências Bibliográficas

ETULAIN, Carlos, R. Juventude, política e peronismo nos anos 60 e 70. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, EDUFSC, n. 40, p. 317-337, outubro de 2006.

NOVICKI, Victor Araújo. *O estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987)*. 1992. Dissertação (Mestrado) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

PESSÔA COELHO, Laila Fabíola Teodózio. *Construindo a terra prometida - Da terra de (agro) negócio à terra de trabalho: A nova face da questão agrária e a luta pela reforma agrária em um acampamento no estado do Rio de Janeiro*. 2009. Dissertação (Mestrado) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.